Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

PROJETO DE LEI Nº 648, DE 2003 (Apensado PL 2.045/03)

Dispensa a exigência de autenticação de cópia e reconhecimento de firma em cartório de documentos pessoais por repartições públicas federais, estaduais e municipais, em todo o Território Nacional.

Autor: Deputado André Luiz
Relator: Deputado José Divino

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO INALDO LEITÃO

O Projeto de Lei nº 648/03, de autoria do nobre Deputado André Luiz, pretende dispensar a autenticação e o reconhecimento de firma em cartório de documentos pessoais exigidos por repartição pública federal, estadual e municipal, em todo o território nacional. O servidor, à vista do documento original e da assinatura de próprio punho do cidadão, autenticará a cópia do documento e reconhecerá sua firma.

Posteriormente, o nobre Deputado Walter Pinheiro apresentou o PL 2.045/03 no mesmo sentido, tendo ocorrido a apensação regimentalmente prevista. Designado relator, o ilustre Deputado José Divino emitiu parecer favorável à aprovação da matéria.

Solicitei vista do processado e passo, agora, a emitir o meu posicionamento.

De acordo com o Vocabulário Jurídico de De Plácido e Silva, "reconhecimento de firma é o ato pelo qual o tabelião atesta ou certifica a autenticidade da assinatura, aposta em um documento particular... E, assim, a firma reconhecida é tida como

verdadeira e legítima... É princípio ainda firmado, que os documentos ou instrumentos particulares, sujeitos a registros ou voluntariamente levados a registros, devem ter, anteriormente, as respectivas firmas reconhecidas".

Segundo o Novo Dicionário Jurídico Brasileiro, de José Náufel, reconhecimento de firma é "o ato pelo qual o notário público reconhece e declara verdadeira a assinatura de outrem, autenticando-a com sua fé pública". Outros dicionários trazem, para a expressão "reconhecimento de firma" as seguintes definições: MICHAELIS – "ato pelo qual o notário público declara legítima a assinatura de outrem, dando-lhe o cunho de legal e fidedigna"; e CALDAS AULETE – "ato pelo qual se afiança autenticamente a genuinidade de uma assinatura".

A Lei nº 8.935, de 18.11.1994, ao regulamentar o art. 236 da Constituição Federal, no inciso IV de seu art. 7º, confere aos tabeliães de notas, ratificando o que se pratica desde tempos imemoriais, a atribuição de reconhecer firmas.

O art. 369 do Código de Processo Civil estabelece: "Reputa-se autêntico o documento, quando o tabelião reconhecer a firma do signatário, declarando que foi aposta em sua presença".

Estatui, por outro lado, o art. 221 do Código Civil: "O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público". A referência a este dispositivo encontra-se, no índice alfabético remissivo da Editora Saraiva, na expressão "reconhecimento de firma", certamente por ser esse o ato que possa assegurar que o instrumento teria sido, realmente, assinado pelos interessados. Por seu turno, o § 2º, do art. 654 daquele mesmo diploma legal dispõe: "O terceiro com quem o mandatário tratar poderá exigir que a procuração traga a firma reconhecida".

Cogitam, ainda, do reconhecimento de firma os seguintes dispositivos da Lei nº 6.015, de 31.12.1973: - Art. 13, § 1º - "O reconhecimento de firma nas comunicações ao registro civil pode ser exigido pelo respectivo oficial"; Art. 221, II – escritos particulares, autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas, dispensado o reconhecimento quando se tratar de atos praticados por entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação"; e, finalmente, Art. 246, Parágrafo Único – As averbações a que se referem os itens 4 e 5 do inciso II do art. 167 serão feitas a requerimento dos interessados, com firma reconhecida, instruído com documento comprobatório, fornecido pela autoridade competente.

Vê-se, assim, que, muito embora inexista uma lei específica a disciplinar o reconhecimento de firma, cuja regulamentação remonta às Ordenações do Reino, o instituto encontra-se profundamente entranhado no sistema jurídico pátrio não só

naqueles mandamentos legais antes aludidos, mas também em diversos outros aqui não mencionados, para não se alongar desnecessariamente esta breve exposição.

O instituto do reconhecimento de firma nasceu não simplesmente da fértil imaginação de algum homem público, mas da necessidade que os cidadãos têm de aprimorar ao máximo a segurança dos atos jurídicos de que participam ou de documentos diversos nos quais tenham interesse. O público necessita que o tabelião confira o seu aval àqueles atos e documentos, ao reconhecer as assinaturas, respondendo civilmente por qualquer falha, como preceitua o Art. 22 da Lei nº 8.935/94: "Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios de sua serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos".

Por todas essas circunstâncias, a instituição do reconhecimento de firma está enraizada na cultura do povo brasileiro, como elemento de garantia e segurança proporcionadas pela fé pública do tabelião. Tanto assim é que, como bem lembrou o saudoso notário e jurista Djêta Medeiros, em tese apresentada ao IV Congresso Notarial Brasileiro, "Do Reconhecimento de Firma": No "Samba da Bênção", de Baden e Vinicius, há um trecho (falado) que diz: "Cuidado, companheiro. A vida é pra valer. Não se engane não. É uma só. Duas mesmo, que é bom, ninguém vai me dizer que tem, sem provar muito bem provado, com certidão passada em cartório do céu e assinado em baixo: "Deus" – E com firma reconhecida" (grifo do autor).

É importante frisar, que o instituto do reconhecimento de firma não tem cunho nacional, mas universal. Todos os países o adotam, mesmo aqueles que não se alinham dentro do sistema notarial latino, como os Estados Unidos da América, por exemplo, com seus "public notary", uns com maior e outros com menor intensidade, segundo as peculiaridades das respectivas culturas. Observe-se, ainda, que como norma de Direito Internacional, o documento produzido em um País para produzir efeito em outro deverá ter a firma reconhecida pela autoridade consular do País para o qual se destinar dito documento. Em resumo, por todo o exposto, a existência e a manutenção do instituto do reconhecimento de firma tem suas raízes na necessidade de segurança da população quanto à eficácia dos documentos, que não pode, em hipótese alguma, ser postergada.

Noutro passo, desde remotas eras surgiu a necessidade de instrumento que substituísse o documento original, constituindo sua cópia fiel e com o mesmo valor probante. O instrumento criado para tal fim foi a pública-forma, de cuja existência já nos dá notícia PIRES FERRÃO (Guia Prática e Formulário do Tabelião de Notas do Brasil, edição 1870, pág. 325/327), ao aludir aos nºs 27 e 28 do Título LXXIX, do Livro I, das Ordenações Filipinas, que tratam da matéria. Consiste a pública-forma em reprodução fiel, feita por tabelião de notas, de documento público ou particular, e concertada perante outro notário, a fim de que se lhe possa conferir o mesmo valor do original. Assim eram, (e ainda podem ser) extraídas públicas-formas dos mais variados documentos, exceto de títulos de crédito, em razão de sua natureza jurídica peculiar, a

cartularidade. Com o advento da cópia fotostática, veio a necessidade de se atribuir ao novo tipo de documento a mesma força probante da pública-forma, para melhor agilização do desenvolvimento dos negócios jurídicos, de interesse público. Tal providência emergiu com o Decreto-lei nº 2.148, de 25.04.1940, cujo art. 2º estabeleceu que "as certidões de inteiro teor, bem como as públicas-formas de qualquer natureza, podem ser extraídas por meio de reproduções photostáticas...", ficando o valor das cópias assim obtidas condicionado à autenticação da autoridade competente, no caso, o tabelião de notas, cuja competência para a mesma, já consuetudinária, é confirmada pelo art. 7º, nº V, da Lei nº 8.935/89.

Por conseguinte, as cópias reprográficas nada mais são senão substitutas das públicas formas, desde que devidamente autenticadas em serventia notarial. Dispõe, aliás, a respeito, o art. 223 do Código Civil: "a cópia fotográfica de documento, conferida por tabelião de notas, valerá como prova de declaração de vontade, mas, impugnada sua autenticidade, deverá ser exibido o original.

Conclui-se, assim, que a preocupação sistemática do legislador é a garantia e maior segurança dos documentos de que a população deve se utilizar, afastando, o mais possível, a fraude e a impostura, com a intervenção do notário e a garantia de sua fé pública, tanto no reconhecimento de firmas, quanto na autenticação de cópias reprográficas. É cediço que aqueles institutos não podem ter o condão de expungir, de forma absoluta, as fraudes ou fotomontagens em documentos; entretanto, não é menos verdadeiro que constituem poderosos elementos de prevenção e profilaxia contra a ação danosa de falsários, que vultosos e irreparáveis prejuízos à população pode acarretar.

DIANTE DO EXPOSTO, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 648/03 e do Projeto de Lei nº 2.045/03 (apensado).

Sala da Comissão, 10 de agosto de 2004

Deputado **Inaldo Leitão**